



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 021/2024

(Plenária virtual)

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, pela plataforma Google Meet, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente o CMDCA**; Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Denise Souza Costa, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Luciane Escolto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Francyne Rosa, **CEA**; Andréia Brito Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Guilherme Fuhr, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo Comui-CMDCA/SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquígrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

30 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**
31 **Comissão de Finanças;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
36 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde a todos. Conversei de manhã na
37 executiva sobre o Nubank, o Nubank procurou o Conselho, procurou o fundo para que a gente
38 pudesse estar recebendo uma doação deles. E aí a gente está com algumas questões de
39 compreensão, porque eles nunca trabalharam com Conselho, nunca trabalharam com fundo.
40 Então, eles têm algumas dúvidas entre quem executa e quem é o proponente. Eles entendem
41 que o Conselho é um órgão que executa e não entenderam de que a gente, com o recurso
42 abriria um edital para ser repassado o recurso para as instituições que vão executar. Então, a
43 gente vai estar agendando uma reunião com eles junto com o Comui, que também estão com a
44 mesma intenção de receber o recurso deles e junto com o Fundo da Criança, para que a gente
45 possa organizar esta conversa e fazer um projeto, que a gente também tem que apresentar um
46 projeto até o final de julho. E aí a gente também fazer toda essa escrita. Também, depois eu ia
47 fazer antes, mas eu não consegui, não consegui tempo ali, eu também vou entrar em contato
48 com o Presidente da Fasc, o Cristiano, para a gente poder ver qual foi o andamento de sexta-
49 feira até agora em relação às instituições que vão estar fazendo os planos de aplicação para
50 receber o recurso em que o CMDCA vai estar destinando para essas instituições pela Fasc, né?
51 Também entrei em contato com SMED. Aí essa daí eu já tinha entrado em contato para poder
52 ver a listagem atualizada das instituições em que estão recebendo recurso e a que ponto estão
53 recebendo ou não recurso. E aí teve algumas instituições, que quando eu falei que o CMDCA
54 não ia estar mais liberando direto para as instituições e sim pelas secretarias, né, e que a SMED
55 tinha dito que colocaria 100% do recurso necessário para essas instituições se reerguerem para
56 poder atender as crianças. Essas instituições falaram em que não era suficiente o recurso que
57 estaria vindo, coisas assim. E a gente ficou então de fazer uma segunda retomada até talvez
58 com a SMED para a gente poder ver o que vai faltar de recurso, hã, para essas instituições,
59 para que essas instituições possam solicitar para a SMED este valor também que está faltando,
60 já que a SMED disse que vai fazer o aporte de 100%, né? Acho que é isso. Algum assunto,
61 gente, que eu tenha esquecido? Comissões? **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio**

62 **ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** E as que
63 executam a política da educação infantil, mas que não têm parceria com a SMED, qual foi o
64 retorno deles? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
65 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** As instituições em que não têm
66 parceria com a SMED, nem com a Fasc, eu estou fazendo um mapeamento e aí eu pedi no
67 grupo lá das OSCs que entrassem em contato comigo quem não tem parceria, quem não tem
68 parceria nem com a SMED, nem com a SMDS carta de captação, e nem com a SMED, Fasc e
69 SMDS. Até agora somente duas instituições entraram em contato comigo. Então, da listagem
70 que a gente tem, somente duas instituições, a princípio, entraram em contato, a princípio são
71 essas que não têm parceria, tá? Até vou botar novamente a mensagem, mas também a
72 instituição tem que se pronunciar, porque se não a gente não vai saber nunca, né? Mas o que a
73 gente está pensando, tá? A gente está pensando em ver, a partir do levantamento, são duas ou
74 três instituições que não têm parceria. Aí a gente vai ver o que a gente vai fazer em relação a
75 essas instituições. Se a gente vai fazer uma carta de captação para essas instituições, se a gente
76 vai fazer um edital diferente para essas instituições, se a gente vai organizar com essas
77 instituições cartas, eu não sei. A gente vai ter que pensar exatamente a quantidade de
78 instituições para a gente poder ver o que precisam, né? Até agora são duas instituições
79 somente que entraram em contato. Hã, acho que é importante, Rose, a gente reforçar lá no
80 grupo das OSCs quem é as instituições, porque não falaram nada. Mais alguma coisa? Ah,
81 lembrei. Nós também tivemos uma reunião com uma proposta de uma instituição de fazer uma
82 pesquisa e diagnóstico na cidade e que é bem o que a gente já estava falando também lá no
83 nosso plano de ação, né? E aí eu acho que a gente vai ter que ver com a Comissão de Políticas,
84 a gente vai ter que marcar provavelmente algumas outras reuniões para a gente poder, hã, ver
85 o que a gente tem interesse de fazer esse levantamento, o que a gente precisa de diagnóstico,
86 né? Eu acho que a gente precisa mapear o que a gente quer. E aí a gente poder ver a forma que
87 a gente também vai estar trazendo pro Conselho de uma forma melhor, né? E ver que tipo
88 também de parceria que a gente vai fazer com esta ou com qual instituição que a gente vai
89 fazer parceria para a gente poder trabalhar de uma forma melhor também e ter um diagnóstico
90 para a gente fazer as propostas de política pública, hã, mais adequado também para cidade.
91 Algum outro assunto? Não? Então, eu já lembro para vocês que no 31 de julho, manhã e tarde,
92 nós temos o nosso seminário, cada dia mais lotando assunto para a gente trabalhar, né? Então,

93 um assim, ó, um horror. Comissões, podemos? Vamos começar pelo registro? Eduardo e
94 Paulinho, tem algo?

95 - **COMISSÃO DE REGISTROS:**

96 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente o CMDCA:** Isso, a
97 gente está analisando geralmente processos novos, né? Então, só de adequação de
98 documentação. Hoje nós recebemos uma organização nova, que é lá da Restinga, para
99 orientações, né? Então, foi esse serviço. E agendamos algumas visitas para a próxima quarta.

100 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
101 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Políticas, alguma coisa?

102 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

103 **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto**
104 **Alegre, Apae/Porto Alegre:** Nós não recebemos processos novos, a gente deu continuidade à
105 análise dos pareceres e fizemos alguns despachos também dentro dos processos que já estão ali
106 na comissão. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da**
107 **Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** E estamos em processo de também
108 inscrever a OSC contemplada lá no Itaú Social, Projeto do Itaú. **Carolina Aguirre da Silva,**
109 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
110 **do CMDCA:** Tá, ok. Finanças.

111 - **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

112 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Boa tarde.
113 Temos três processos. Hoje vai ser um jogral. Então, vamos começar. Processo
114 23.0.000115406-6. OSC requerente **IRMANDADE DA SANTA CASA DE**
115 **MISERICÓRDIA**, Projeto Transformando Futuros. A OSC encaminhou Ofício 091/2024, de
116 27 de junho de 2024, solicitando ajuste ao projeto aprovado na Resolução 190/20023,
117 Certificado 036/2023, com vencimento em 31 de dezembro de 2025. Requer a OSC os ajustes,
118 pois encontra-se em tratativas de solicitação de resgate. São as alterações: inclusão de itens,
119 alteração quantitativo de itens e revisão de valores de itens. Então, em análise ao solicitado,
120 considerando que não há alteração de objeto e do valor aprovado em carta de captação, a
121 comissão é de parecer favorável ao solicitado nos termos do Ofício 091/2024, documento
122 292474-18. Alguma dúvida? São três ali como eu coloquei, só para explicar melhor, tá? Três
123 alterações. Uma é adequação de valores, porque quando ela emitiu o orçamento há dois anos,
124 custava um valor, agora houve um aumento, né? A outra é quantitativos. Então, ela tinha

125 solicitado quatro equipamentos “x”, agora ela quer cinco. E a outra é a inclusão de alguns itens
126 que não estavam no projeto, mas como ela está em busca de solicitar o resgate, então por isso
127 retornou. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
128 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Então, em votação. Quem é
129 favorável, por favor, levantar a mão. Quem é contra ou alguma abstenção? Tá. Ok.
130 **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Sônia, por favor, outra. **Sônia Rejane dos Santos**
131 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Tem outro da Priscila e da Ivana. Eu não
132 sei se as gurias querem que eu leia ou elas podem ler. **Ivana Frois, Comunidade Evangélica**
133 **de Porto Alegre – CEPA:** O processo é da OSC MITRA DA ARQUIDIOCESE DE
134 **PORTO ALEGRE, PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA, CENTRO**
135 **SOCIAL PADRE PEDRO LEONARDI.** Solicita aprovação do Projeto Qualificar e
136 Promover para Captação de Recursos. O projeto tem por objetivo efetuar a manutenção
137 organizacional do espaço de execução do projeto, visando qualidade no atendimento do
138 público beneficiado. Atende 231 crianças nas modalidades Serviço de Convivência e
139 Fortalecimento de Vínculo e Acolhimento Institucional Casalar. O valor do projeto é R\$ 315
140 mil e tem duração de 24 meses. É para aquisição na maioria de itens de consumo e alguma
141 coisa de permanente. A Comissão de Finanças é de parecer favorável à emissão da carta de
142 captação para o Projeto Qualificar e Promover no valor de R\$ 315 mil, com retenção de 5%.
143 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
144 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Acho que a gente precisaria pedir para essa
145 instituição alterar a palavra “manutenção”. **Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto**
146 **Alegre – CEPA:** É, a gente conversou isso hoje de manhã, mas como no texto, na
147 interpretação dele não seria no sentido de manutenção contínua, a gente entendeu no sentido
148 de fazer uma manutenção de qualidade, de benefícios do atendimento, sabe? Por isso que a
149 gente não pediu para alterar, mas a gente falou sobre o termo manutenção, só que a gente
150 entendeu o mesmo significado, né? O significado de continuidade, de manutenção, até porque
151 não tem, o projeto não tem, o orçamento físico-financeiro deles não é para uma coisa, não tem
152 folha de pagamento, não é uma coisa continuada. São consumos e alimentos, material
153 pedagógico. Então, por isso que não, a gente nem cogitou de pedir a mudança do termo.
154 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
155 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. **João da Luz, Fundação O Pão dos**
156 **Pobres:** Na mesma linha, Carol, eu acho que já que se está buscando essas alterações,

157 conforme se fez na semana passada, aqueles ajustes, entendo que a gente tem que ir sugerindo
158 para as organizações mudarem as nomenclaturas, até porque talvez tenhamos que fazer esses
159 ajustes dentro do próprio projeto, mesmo que seja de aquisição de bens de consumo, como
160 alimentação ou pagamento de RH que seja, ele vai estar, ter que estar dentro de um projeto
161 global, em termos assim de projeto com início, meio e fim dentro daquilo que a gente já vem
162 discutindo. Então, a manutenção ela, ela reforça aquela ideia que se tem ainda das parcerias
163 com a prefeitura, que é um trabalho continuado e o projeto em si, pelo que a gente vem
164 estudando, ele não tem essa característica de ser continuado e sim de ter um fim. Então, talvez
165 de fato acho que tem que sugerir a mudança do nome, né? Até para não gerar confusão futura
166 e por nós ter aprovado também depois de tudo que se dialogou, mas até mesmo no escopo do
167 projeto, né? Então, talvez acho que fazer essa sugestão. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
168 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
169 **CMDCA:** É, eu penso isso. E também até a questão, por exemplo, esse trecho que tu leu,
170 Ivana, não é o título, mas é o que vai no site depois. E é o que vai ser trazido cada vez em que
171 for alguém leigo que não vai ler, ou não leigo às vezes, né? Mas que a pessoa vai ler o projeto,
172 não ler o projeto, ler só isso aí e a primeira palavra manutenção, eles vão barrar em algum
173 momento. Então, para a gente não precisar travar uma instituição daqui a dois anos ou alguns
174 meses, eu acho que o que a gente conseguir organizar agora, até antes de aprovar uma carta, é
175 melhor. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:**
176 Também aquilo que o João falou me chamou a atenção também. Ele misturou todos os
177 projetos, programas, por exemplo, o acolhimento não tem retenção. E talvez até orientar as
178 outras instituições, aquilo que for para o acolhimento institucional, possa subdividir em dois
179 projetos. Aí um vai ter retenção, outro não, até para ajudar a instituição ter clareza de quando
180 ela faz, da natureza dos projetos e as diferenças que tem. Por exemplo, depois se ela captar
181 metade do recurso, ela vai priorizar o quê? O acolhimento, vai priorizar o serviço de
182 convivência, o que é? Até porque na hora da execução das metas. **Carolina Aguirre da Silva,**
183 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
184 **do CMDCA:** Ivana. **Ivana Frois, Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa:** Tá.
185 Não, eu até concordo e daí se preferirem que a gente peça essa alteração antes de aprovar
186 também, se a Comissão de Finanças concordar, porque a gente já discutiu isso na comissão.
187 Mas eu só queria alertar que a gente tem que também ter um pouco de atenção em relação à
188 interpretação do texto, porque não é só tu tirar a palavra “manutenção” de um projeto, até

189 porque manutenção não tem só um significado, ele pode ser conservação, algum
190 funcionamento de equipamentos, de ferramentas, de espaços, ou o ato, ou o efeito de manter-
191 se. Eu acho que a gente também não pode interpretar o texto do projeto e depois receber uma
192 manifestação contrária de um jurídico nos questionando uma coisa que a gente não estaria
193 totalmente certos também. Porque se a palavra “manutenção” tem mais de um significado, a
194 gente tem que interpretar todos os significados dele, porque senão a instituição pode sim
195 mandar uma contestação disso. Mas é só a minha opinião. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
196 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**
197 **CMDCA: Ok. João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres: É, não**
198 seria só o termo em si, mas o conceito, porque a manutenção não no sentido de manutenção
199 predial do projeto, mas dentro desse conceito de projeto. A manutenção, ela tá dentro dos
200 termos de parceria, que eu acho que é isso que tá sendo bem enfatizado pela PGM, os demais
201 órgãos ali, que os recursos do fundo não seriam para manutenção de projetos especializados,
202 mas sim para acrescentar e qualificar os projetos. Então poderia ser projeto de qualificação
203 para atendimento de criança e adolescente. E lá, sim, no escopo do projeto se que é justamente
204 para qualificar algo que não é atendido pelos recursos da parceria. E quando se modifica os
205 termos, é claro, a gente vai buscando o conceito do termo, mas a terminologia, isso acho que
206 vai elucidando um pouco mais dentro daquele princípio de projeto, que é o que tá sendo bem
207 enfatizado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: A**
208 gente hoje pela manhã conversou a respeito disso, porque não é simplesmente retirar do nome
209 de um projeto uma palavra que quer dizer que vai ser aceito. Por isso eu insisto que a gente
210 tenha um período de transição em tudo que a gente vem fazendo. Eu concordo que esse grupo
211 aqui sabe e o Fórum sabe, as demais entidades, entendeu? Então, daqui a pouco fazer uma
212 capacitação para todos. É por isso que eu volto a defender um período de transição nesse
213 sentido. Então, é como se eu não pudesse mais usar uma palavra, essa palavra vai definir
214 totalmente o projeto? Não. Né? Então, por isso, são os conceitos, né? Mas a gente hoje pela
215 manhã conversou sobre isso, mas a gente não enxergou. Claro que o Pleno aqui é soberano,
216 né? E isso também é importante que se diga que ele vai implicar em mais uma semana, né, até
217 que a gente se encaminhe isso. Da mesma forma, o Pleno é soberano e daí o que for votado,
218 enfim, o que for acordado aqui a comissão entende, acata nesse sentido. Mas eu acho que não
219 é só a palavra, eu acho que é muito mais a escrita interna do que uma palavra, mas é isso.
220 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**

221 **Caimc (Topogigio):** O que eu trago é assim, eu acho que a gente, sim, tem que ter um
222 período de transição. Mas penso em que isso não vale para cartas em que estão entrando
223 agora. Tá? O que eu penso é período de transição para as cartas em que a gente aprovou antes.
224 As cartas que a gente tá aprovando agora, nós já estamos estudando, nós já estamos vendo
225 como que está diferente tudo. E aí então eu acho que daqui para frente a gente não pode entrar
226 na mesma questão, porque senão essas cartas de transição é daqui a dois anos, né? E aí é muito
227 tempo de transição. Agora, essas cartas que já foram aprovadas e que estão captando ou que já
228 captaram, aí é o período de transição, né? Concordo com a Sônia plenamente de que todas as
229 instituições, elas têm que ser capacitadas. E isso, sim, é uma coisa que a gente tem que fazer
230 uma provocação bem forte, quanto o CMDCA, quanto o Fundo, quanto o Fórum, para a gente
231 fazer logo essa capacitação. E por isso também que a gente tem que estudar e saber o que a
232 gente quer, né? E aí agora no seminário, se Deus quiser, a gente consegue avançar mais um
233 pouquinho, para a gente poder ter um norte, né? Acho que só por si, como disse a Ivana, a
234 palavra manutenção, ela não é algo, como eu dizer assim, "Ai, é proibido agora", fala, falar,
235 né? Não é isso, né? Mas se tu não ler o todo do projeto, se tu não ler o todo da do de e muitas
236 vezes também pode acabar sendo um projeto de manutenção escrito de uma outra forma, né?
237 Então assim, isso também tem que cuidar. Eu acho que a gente tem que trazer para uma
238 discussão de que realmente os recursos das parcerias são pouco e não suprem o tudo que a
239 gente precisa. E aí por isso em que se vai para o fundo. Por isso que a gente aciona a questão
240 dos recursos sobre outras formas de captação. Eu queria poder ouvir vocês e a gente
241 encaminhar. Mas a minha sugestão é de que a gente possa chamar essa instituição, orientar a
242 instituição a rever esta parte, né? E rever o seu projeto, se é um projeto somente para
243 manutenção, que pelo que eu vi não é, né? **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao**
244 **Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Eu concordo
245 contigo, tá? Mas também acho que nós temos que visitar o site do CMDCA com todas as
246 resoluções que ele tem ali dentro e o próprio modelo de projetos, onde ele mesmo fala nisso.
247 Então assim, ó, nós podemos falar, mas a hora que chegue e diz assim, "Ó, no artigo x, y, z, lá
248 no site está assim", o que eu vou dizer? Eu não tenho argumentos. Então, é bom que essa
249 plenária é gravada e que aí, junto com a SMDS, a gente possa visitar o site que nós,
250 enquanto conselheiros, não conseguimos, tá? E também, eu faço coro contigo, quando tu fala
251 que o recurso não dá, é uma complementação, visto também que o CMAS, ele também gere os
252 recursos do fundo, né? E como é que a SMDS diz que o Fundo da Criança e do Adolescente,

253 o Conselho não pode direcionar? Isso acho que a gente também tem que estudar um pouco
254 sobre isso, né? Eu estou fazendo um comparativo aqui, estou estudando até a 137, para a
255 gente conversar com o CONANDA também, para ele alterar as palavrinhas mágicas também.
256 Obrigada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
257 **Cruz – Caimc (Topogigio):** Não, Rose, espera aí, eu não entendi como que nós não gerimos
258 o fundo, não entendi. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal**
259 **da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** No momento que a SMED diz que
260 ela não aceita recurso do fundo, porque ela não precisa, né? E aí nós não estamos falando da
261 SMED, nós estamos falando do Fundo da Criança e do Adolescente, né? Tenha visto que
262 houve um impedimento num edital, que nem foi edital, foi dispensa e aconteceu tudo que
263 aconteceu. "Ah, não, agora o fundo não tem parceria". Né? O fundo não tem parceria. Claro
264 que o fundo não tem, a gestão é do Conselho. Então, a gente também iria dizer lá no CMAS
265 que o não poderia gerir o fundo, né? Só para a gente fazer um contraponto. Mas em relação à
266 escrita, às nomenclaturas, a primeira coisa é nós revisitar o site. Aí a partir disso a gente pode
267 chamar a instituição e dizer: "Olha, lá na resolução x, y, zero, z, né? Lá os modelos", e eu até
268 fiz uma referência esses dias contigo, que tinha resoluções que já foram até revogadas e estão
269 lá no site. Acho que primeiro revisitar o site. Quem da SMDS poderia fazer essa revisão dentro
270 do site, né? Do próprio Conselho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
271 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu lembro
272 que nós tínhamos uma comissão e aí a gente pode buscar quem é que fazia parte dessa
273 comissão. Uma das pessoas que eu lembro é a Eduarda. Isso eu lembro, né? O restante do
274 povo que estava na comissão, eu não lembro, porque a gente cria tanta comissão que,
275 infelizmente, a gente não consegue tocar também. Mas essa comissão, na época que a gente
276 criou, era exatamente para a gente poder rever o site, que tinha até erros de digitação, básicos
277 de português, assim, ou palavras erradas ali. E eu acho que isso tem que fazer mesmo, a gente
278 tem que talvez retomar essa comissão, ver quem é que ainda existe dentro do Conselho, para a
279 gente poder fazer esse serviço e trazer já as propostas de mudança. Eu acho que não dá para a
280 gente fazer com a SMDS ou com o Fundo, porque eu acho que eles fizeram aquilo ali, daquela
281 forma e para eles está correto, né? Aquela resolução lá de 1300 está correta. Então, assim, não
282 é, é outro pensar. E sobre o projeto da Resolução 150 e a resolução, a gente tem que alterar
283 para depois colocar o novo site, porque até então que está valendo é a 150, tá? **Denise Souza**
284 **Costa, Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI:** Sobre a questão da parte da

285 regulamentação da nossa competência para fazer resoluções, né? E a validade delas perante os
286 projetos e tudo que vai ser encaminhado, nesse período agora de transição, que a gente vai
287 passar em relação à questão dos 70 e 30% de captação. Acho bem importante falar isso que a
288 Rose diz, revisitar o que a gente já tem e na transição a gente ter um olhar muito jurídico.
289 Porque muitas vezes a gente faz as coisas, e aí eles depois pegam e dizem: "Ah, não é, mas não
290 é bem assim a competência". Inclusive já tive reuniões com a secretaria, eles dão uma
291 orientação, a gente vai lá para o projeto para orientar, para não fazer nada errado, para
292 conseguir atender a resolução nos tempos, nos prazos, né? E aí daqui a pouco: "Ah, não, mas
293 aí a controladoria mudou, não pensa mais assim, agora não é mais assado". Então tu recebe
294 uma orientação, faz dentro da orientação e aí daqui a pouco não é mais. Então, o que vale
295 realmente? É o que está escrito, né? A nossa legislação, ela é desse tipo de linha, né? É o que
296 está escrito é o que vale. Então, eu acho muito importante dar esse olhar, eu me proponho a
297 olhar junto, porque eu tenho uma formação jurídica também, e principalmente na hora de
298 elaborar a essa resolução de transição, a gente fazer com muita, assim, técnica e com muita
299 aprovação, não é aprovação, mas assim, o olhar também de quem tem que olhar dentro da
300 dessa estrutura toda, para depois a gente não fazer e ter e ser pego de surpresa, dizendo: "Ah,
301 agora tu não podes mais, porque tem a lei, o decreto lá de dois mil e quanto, está valendo, que
302 tem a lei federal, não sei o quê", sabe? Então, eu acho que a gente não pode ficar à mercê, né?
303 De que vão agora então aplicar a lei, porque passaram a interpretar dessa forma. Fica muito
304 vulnerável para a entidade, que está se planejando, que está se programando, que tem
305 responsabilidades com todo mundo que a gente atende, né? Cada uma. E eu vejo que esse
306 Conselho é muito sério, tanto enquanto Conselho, mas enquanto cada entidade na hora de
307 cumprir os seus os seus projetos, né? Então, eu acho que é bem importante essa discussão e a
308 gente ter essa olhada para quando tiver que olhar a letra fria da lei, a gente não, né? Não se ter
309 de surpresa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
310 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. Eu acho que primeiro a gente
311 pode organizar o que, enquanto Conselho, a gente precisa. Fechou todas as propostas, aí a
312 gente vê quem é da SMDS o responsável. Se for o caso, senta junto com a Procempa para a
313 gente poder fazer as mudanças, sabe? Porque daí não adianta saber quem é o responsável se o
314 responsável não sabe o que a gente quer. E aí eu acho que a gente tem que saber bem o que a
315 gente quer. "Ah, a gente quer pintar de rosa e não de azul". Então, é isso que a gente tem que
316 saber o que a gente quer primeiro. É isso. Voltando ao processo, eu penso de que já é o

317 segundo projeto que a gente acaba tendo essa mesma questão de discussão, eu acredito que a
318 Comissão de Políticas vai ter que retomar essas discussões e essas análises, porque a gente não
319 pode chegar na plenária, até pode, não tem problema, tá? Mas aí voltar lá no início, né? Isso é
320 o início. O projeto, ele tem que ser olhado no início e corrigido a questão política já no início.
321 A nomenclatura, a questão ali, é início. Tá? E a gente precisa, se for o caso, a gente retoma
322 então uma comissão mista para a gente poder começar analisar junto. Eu acho que não é nem
323 questão de analisar junto, gente. Eu acho que é uma questão da gente poder, todos que nós
324 estamos aqui, estamos passando pelas mesmas capacitações e estamos conversando na mesma
325 linha. Ah, a gente só tem que tentar trazer para as instituições esta questão. "Ah, mas não
326 mudou a resolução 150?". Não, não mudou, é a mesma 319 ainda. Nós estamos tentando
327 fazer, junto com as orientações que a gente tá tendo uma nova leitura também. E aí fica
328 complicado, de que cada projeto que vem para, para a plenária, a gente dizer: "Olha, isso aí
329 não dá para passar na plenária. Olha, isso aqui, se passar na plenária, vai trancar a instituição
330 ali na frente". E eu acho que não é isso que a gente quer, com certeza não é isso que a gente
331 quer. A gente não quer trabalhar prejudicando as instituições de forma alguma. **Priscila**
332 **Balestrin, Parceiros Voluntários:** Bom, eu ia propor que a gente fizesse uma reunião entre a
333 Comissão de Políticas e a Comissão de Finanças para a gente poder fazer um levantamento
334 desses principais pontos que estão pegando agora de mudanças, incluindo checklist da nossa
335 análise, né? E aí a gente poder olhar em conjunto esses que já estão, até para a gente poder
336 fazer um levantamento pro nosso estudo do seminário. Se a gente pudesse se reunir na semana
337 que vem, né? Separar um tempo, uma horinha que fosse para a gente poder trabalhar em
338 conjunto, né? E poder fazer toda essa análise aí para a gente poder prosseguir. Aí a gente vai
339 poder ter, né? Conforme a política já tem um parecer que tem um checklist, a gente pode
340 acrescentar alguns pontos, pode acrescentar no nosso aqui da finanças, mas eu acho que a
341 gente poderia diminuir, né? Essa ocorrência até a gente conseguir fazer a captação das
342 instituições e a revisão da 150. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**
343 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu também
344 acredito assim, eu penso, tá? Sobre se é para a gente, antes de emitir a carta, fazer voltar, vai e
345 volta, vai e volta, é melhor do que depois a instituição querer resgatar um recurso e ela não
346 conseguir compreender o porquê passou no Conselho e agora eu estou sendo barrada. E isso
347 eu tenho ouvido direto, direto mesmo em relação às instituições, tá? Então, assim, eu acho que
348 a Comissão de Políticas, mesmo com o parecer técnico, que o parecer técnico é mais um

349 parecer, não é o parecer do Conselho, não é o parecer dos conselheiros, é um parecer técnico,
350 tá? E nós temos que ter o parecer do Conselho. OK de poder ter mais um subsídio e tudo mais,
351 mas quem vai dar o parecer de ir para ser votado na plenária é o conselheiro, não é o parecer
352 técnico. Tá? E aí a Comissão de Políticas junto com a Comissão de Finanças, eu acho que
353 muito bem encaminhado, Priscila, para poder ver todos os projetos que estão, o que tem que
354 chamar para adequar, já chama para adequar e a gente não vai ter problema mais nenhum, né?
355 E aí no seminário a gente vai conseguir discutir muito bem a questão e avançar, tá? Até trazer
356 a questão também que vocês estão falando sobre o período de transição. Eu acho que é uma
357 proposta que a Comissão de Políticas também poderia fazer essa escrita dessa resolução, o que
358 seria o período de transição, o que seria o porquê. Acho que também é bem viável essa escrita
359 e a gente vê. Mas queria trazer para vocês, vocês acham que a gente pode passar esse projeto
360 na plenária? A gente vota, sem problema. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
361 **Municipal da Fazenda – SMF:** Eu colocaria em votação. Pronto, daí quem aprovar aprovou,
362 quem não aprovar, não aprovou, daí a gente vai para a votação. **Carolina Aguirre da Silva,**
363 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** OK. A gente
364 pode até anotar o número do SEI e ver daqui a dois anos como é que vai ser essa questão
365 dessa instituição, né? Para a gente poder ver como é que vai ser o desenrolar. Então, em
366 votação. Quem é favorável ao parecer da comissão, que é favorável à carta de captação,
367 levante a mão. Então, 11 votos. Por favor, podem baixar. Quem é contra, por favor, levante a
368 mão. Então, 03 votos contras. Quem se abstém? Uma abstenção aqui, Carol. **APROVADO.**
369 Mais algum outro projeto? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim. É o Processo
370 24.0.000056152-1. **CASA DE SAÚDE MENINO JESUS DE PRAGA.** Projeto Qualificação
371 Continuada das Atividades e Serviços da Casa de Saúde Menino Jesus de Praga. Então, o
372 relatório, projeto para carta de captação, atenderá 34 crianças e adolescentes na modalidade de
373 acolhimento institucional PCD. Terá duração de 24 meses. O objetivo é promover o
374 acolhimento institucional, a proteção, o bem-estar, a assistência, a habilitação e/ou reabilitação
375 a um maior número de pessoas com lesões neurológicas graves e deficiências motoras
376 permanentes adquiridas quando crianças e ou adolescentes em situação de vulnerabilidade
377 social. O valor do projeto é de R\$ 13.244.678,38. A Comissão de Finanças fez uma reunião
378 com a instituição também para fazer a orientação com relação ao decreto, que tem os 30% ali
379 depois do aditivo do termo de fomento, do que for captado. A OSC optou por manter o
380 projeto. Então, frente à análise do que temos aqui da das atividades do atendimento e também

381 da parte financeira, a Comissão de Finanças é de parecer favorável à emissão de carta de
382 captação para o projeto da qualificação das atividades e serviços da Casa de Saúde Menino
383 Jesus de Praga, com duração de 24 meses, sem retenção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
384 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Ok, muito bem. Já
385 fizeram até a orientação futura. Tá certo, é isso aí. Alguma dúvida, pessoal? Então, em
386 votação quem é favorável, favor levantar a mão. Ok. Podem baixar. Quem é contra? Alguma
387 abstenção? Uma abstenção. **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO.** Só ali sobre a
388 questão dos 30 que até a Denise trouxe, eu acho que é mais uma questão que também a gente
389 vai ter que levar agora para o Funcriança e provavelmente pra PGM também, pra gente
390 trabalhar essa questão, já que é um decreto baseado na lei, que é lá antiga, não é de agora, mas
391 está sendo questionada ou trazidas essas questões agora. Né? Então, a gente também vai ter
392 que trabalhar isso, porque na própria 150 nós não temos por etapas ou qualquer questão nessa
393 linha. E a gente vai ter que talvez pensar também essas questões, tá? Mais algum outro
394 projeto? Então, tá. Mais algum outro assunto? Não? É isso, então. Muito obrigada pela
395 presença, pela participação e vamos tocando. Vamos lá. Tchau, tchau. Beijo, gente, tchau!
396 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos**
397 **Direitos da Criança e do Adolescente, às 15h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia**
398 **Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**